Ano XXIV nº 6323 – 29 de março de 2021

Contraf-CUT solicita à Caixa correção do pagamento da PLR como determina a ACT

A Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), assessorada pela Comissão Executiva dos Empregados da Caixa (CEE/Caixa), enviou ofício, na sexta-feira, 26/03, à direção do banco público cobrando esclarecimentos quanto ao pagamento da Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) Fenaban e PLR Social aos empregados.

Após apuração do Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Socioeconômicas (Dieese), que assessora a Contraf-CUT, se verificou que a Caixa pagou a PLR Social com base na divisão linear entre todos os empregados de 3% do lucro líquido, e não de 4%, como determina o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) vigente, o que gerou uma perda que pode chegar até R\$ 1.593,00, dependendo do empregado. Ainda segundo o Dieese, na primeira parcela da PLR Social, a Caixa fez o cálculo correto, utilizando o valor de 4% do lucro do semestre.

De acordo com o ofício, os empregados reivindicam a discriminação dos valores da PLR Fenaban e PLR Social da mesma forma como ocorria até o ano passado e o imediato pagamento correto da PLR Social aos empregados.

Vale ressaltar que no dia 22 de março, a CEE/Caixa já havia solicitado ao banco a discriminação do pagamento da PLR (PLR Caixa, PLR Fenaban e PLR Fenaban 2), visto que no contracheque dos empregados o pagamento foi feito numa única rubrica, o que impedia análise item a item.

Resultados das campanhas salariais pioram

A inércia e a omissão do governo Bolsonaro na execução das políticas públicas para amenizar os efeitos da crise econômica aprofundada pela pandemia de Covid-19 só geram prejuízos para o povo. Tudo isso tem refletido negativamente no resultado no quadro dos reajustes salariais de várias categorias.

As campanhas salariais para os trabalhadores com data-base em fevereiro não foram favoráveis. Segundo o Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), cerca de 70% dos reajustes analisados ficaram abaixo do necessário, no comparativo com o INPC-IBGE. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor ficou em 5,53%.

Mesmo assim, proporcionalmente mais categorias conseguiram aumentos reais em fevereiro do que em janeiro. O levantamento aponta a crise sanitária, econômica e política, o desemprego crescente e a inflação maior, principalmente pela alta dos preços de alimentos, como principais motivos para as dificuldades de obter o reajuste necessário para repor as perdas salariais nas negociações.

Os trabalhadores químicos, da construção e mobiliário e da indústria da alimentação tiveram os maiores aumentos reais no ano. Já as negociações com resultados mais negativos foram dos empregados da saúde privada, das comunicações, do turismo e hospitalidade e a dos vigilantes. Os salários, que não eram bons, ficaram piores para bancar as despesas familiares previstas na Constituição Federal.

Bancos lucram R\$ 79,3 bilhões

No ano da pior crise sanitária que o Brasil já passou, os cinco maiores bancos do país – BB, Bradesco, Caixa, Itaú e Santander – obtiveram lucro líquido de R\$ 79,3 bilhões. Os ativos somaram R\$ 7,88 trilhões, crescimento médio de 17,1% em 12 meses.

Embora o resultado seja positivo, as organizações financeiras nada fizeram para ajudar o país a superar a crise. Pelo contrário. Dificultaram o crédito para as pequenas e médias empresas e demitiram milhares de bancários. Em um ano, foram fechados 12.874 postos de trabalho.

O Bradesco foi o que mais demitiu, 7.754 no total. O Santander aparece em seguida, com menos 3.220 funcionários. A Caixa desligou 2.611 empregados e o BB 1.517. O número de agências também caiu. Em 2020, foram fechadas 1.364 unidades.